

Marcelle Azevêdo Rodrigues de Souza

“Ninguém planta, só arranca”:
uma história ambiental da Colônia Juliano Moreira

NITERÓI,
2022.2

MARCELLE AZEVÊDO RODRIGUES DE SOUZA

“NINGUÉM PLANTA, SÓ ARRANCA”: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DA
COLÔNIA JULIANO MOREIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Niterói, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. André Souza Brito

NITERÓI,

2022.2

S729n Souza, Marcelle Azevêdo Rodrigues de.
"Ninguém planta, só arranca: uma história ambiental da Colônia Juliano
Moreira / Marcelle Azevêdo Rodrigues de Souza. – Niterói, RJ, 2022.
41 p. : il.

Orientação: André Souza Brito
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos
Ambientais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de
Janeiro, 2022.

1. História ambiental. 2. Impacto ambiental. 3. Colônia Juliano Moreira. I. Brito,
André Souza. II. Título

IFRJ/CNIt/Biblioteca

CDU 502.1(09)

MARCELLE AZEVÊDO RODRIGUES DE SOUZA

“NINGUÉM PLANTA, SÓ ARRANCA”: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DA
COLÔNIA JULIANO MOREIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Niterói, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Ambientais.

Aprovado em: 08/12/2022.

Banca examinadora

Prof. Dr. André Souza Brito (orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tauan Nunes Maia (membro da banca)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Raphaela Reis Conceição Castro Silva (membro da banca)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO – CAMPUS NITERÓI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU GESTÃO DE
PROJETOS AMBIENTAIS**

**“NINGUÉM PLANTA, SÓ ARRANCA”: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DA
COLÔNIA JULIANO MOREIRA.**

Resumo: A região da Colônia Juliano Moreira fica localizada na encosta da Unidade de Conservação Ambiental Parque Estadual da Pedra Branca, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O parque é considerado uma das maiores florestas urbanas do mundo e importante fragmento de preservação da Mata Atlântica. Diversos conflitos socioambientais surgiram a partir da ocupação desordenada e da falta de políticas públicas durante anos no bairro, situado em área de grande complexidade. Nesse cenário, tem-se a importância de analisar o papel de diferentes atores para entender a atual situação ambiental da região, os quais estiveram presentes durante todo o processo de mudanças, sendo testemunhas ao longo dos anos da modificação nos vínculos com a natureza e o espaço. A presente pesquisa visa a retomada em perspectiva histórica, recuperando de forma documentada o passado da região da Colônia Juliano Moreira e suas diferentes coexistências, entendendo assim o presente para pensar um futuro de possibilidades da região, enfocando também as alterações e as permanências verificadas ao longo do tempo.

Palavras-chave: história ambiental, impacto ambiental, Colônia Juliano Moreira.

Abstract: The Colônia Juliano Moreira region is located on the slopes of the Pedra Branca State Park Environmental Conservation Unit, in Jacarepaguá, West Zone of Rio de Janeiro. The park is considered one of the largest urban forests in the world and an important conservation fragment of the Atlantic Forest. Several socio-environmental conflicts arose from the disorderly occupation and the lack of public policies for years in the neighborhood, located in an area of great complexity. In this scenario, it is important to analyze the role of different actors to understand the current environmental situation in the region, which were present throughout the process of changes, being witnesses over the years of the modification in the bonds with nature and the environment. space. The present research aims to resume in a historical perspective, recovering in a documented way the past of the Colônia Juliano Moreira region and its different coexistences, thus understanding the present to think about a future of possibilities for the region, also focusing on the changes and permanences verified along the of time.

Keywords: environmental history, environmental impact, Juliano Moreira Colony.

1 INTRODUÇÃO

A região da Colônia Juliano Moreira fica localizada na encosta da Unidade de Conservação Ambiental Parque Estadual da Pedra Branca, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O parque é considerado uma das maiores florestas urbanas do mundo e importante fragmento de preservação da Mata Atlântica, abrigando e protegendo cerca de 50% do remanescente desse bioma no Estado. É considerado um dos ecossistemas mais ricos e mais ameaçados de nosso país (INEA, 2013; MENDO e MAIA, 2014).

O território originou-se de um dos mais antigos engenhos de Jacarepaguá. Inicialmente conhecido por Engenho Nossa Senhora dos Remédios, passou a ser conhecido por Engenho Novo de Jacarepaguá, outrora grande produtor de cana-de-açúcar e café (TCMRJ, 2001).

A área foi desapropriada pelo governo federal em 1912 e a instituição psiquiátrica Colônia Juliano Moreira, que daria origem ao futuro bairro de mesmo nome, foi estabelecida na década seguinte. A localização foi escolhida por seu isolamento do centro urbano do Rio de Janeiro e pelas exuberantes florestas e áreas verdes ao redor, ambiente considerado ideal para o tratamento de pacientes com doenças mentais, modelo denominado "colônia agrícola para alienados". Suas características ainda rurais nas primeiras décadas do século XX eram consideradas ideais para o tratamento desse tipo de enfermidade (COSTA e GONÇALVES, 2015).

Corrêa (1936, p.35) descreve poeticamente a região em seu livro "O sertão carioca", caracterizando-a por suas belas florestas, cachoeiras, rios e riachos que circundam o Maciço da Pedra Branca, área que abrigava fauna e flora ainda não conhecidas e documentadas pelos estudiosos da época "os rios da Pedra Branca, à esquerda, e o da Barroca, à direita, no ponto de convergência das vertentes dessa serra, formam duas belas quedas separadas por um monólito, que parece reger a orquestra sussurrante de suas águas [...]".

O processo de ocupação do espaço iniciou-se em 1935, através de autorizações concedidas pela administração do hospital para que os funcionários da unidade construíssem suas residências no local. Na década de 1980, comunidades começaram a crescer em torno das tradicionais casas dos funcionários e as primeiras favelas da região foram estabelecidas (POTENGY e HOPPE, 2015).

A partir dos anos 90, após um período de abandono, deterioração e sucessivas ocupações irregulares, a Colônia Juliano Moreira passa pelo processo de municipalização, deixando de ser gerida pela esfera federal, observando-se desse modo modificações expressivas na dinâmica socioespacial, com o sucessivo decréscimo do número de pacientes e funcionários e o aumento expressivo de habitantes (POTENGY e HOPPE, 2015).

Diversos conflitos socioambientais surgiram a partir da ocupação desordenada e da falta de políticas públicas ao longo de anos no bairro. Tais conflitos foram exacerbados pelo território estar situado em área de grande complexidade.

A partir de 2008, observou-se crescente atuação governamental na localidade, visando implantar diversas ações para melhoria no bairro e em seu entorno. Contudo, as mudanças agravaram a situação de impasse entre a resistência do antigo espaço rústico e a apresentação do novo espaço urbano. Dentre as alterações feitas, destacam-se as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, construção da via Transolímpica e do complexo familiar Minha Casa Minha Vida, pavimentação e reconfiguração de ruas, transições de nomes e uso de prédios históricos e hospitalares (PIMENTA, 2015).

Nesse cenário, cumpre analisar o papel de diferentes atores para entender a atual situação ambiental da região, entre eles os funcionários e moradores, que estiveram presentes durante todo o processo de mudanças, sendo testemunhas ao longo dos anos da modificação no vínculo com a natureza e o espaço.

Portanto, a empreitada deste objeto de estudo requer a retomada em perspectiva histórica, recuperando de forma documentada seu passado para entender o presente e pensar o futuro da região, as transformações e as permanências verificadas ao longo do tempo.

A partir disso, e com o foco no entendimento sobre as percepções e memórias de indivíduos que testemunharam tal processo histórico, o presente trabalho propõe-se a acompanhar a evolução dos impactos ambientais no bairro Colônia Juliano Moreira ao longo do período compreendido entre 2008-2022 através da abordagem da história ambiental local. Utilizou-se também na pesquisa a consulta a documentos diversos tais como fotografias, matérias em jornais, entrevistas com moradores locais e funcionários dentre outros suportes.

2 BREVE RELATO DA HISTÓRIA AMBIENTAL: VISITANDO O PASSADO PARA DESENHAR O FUTURO

Do ponto de vista teórico, este trabalho lança mão de conceitos discutidos por estudiosos do campo da história ambiental e da memória social. Pollak (1989), por exemplo, designa memória com duas funções essenciais, sendo elas a defesa dos aspectos comuns de um grupo e a coesão interna deste. O autor associa a memória com a identidade social de um grupo, e suas construções sendo produzidas através das referências históricas, pela credibilidade e aceitabilidade da coletividade.

A história ambiental oferece elementos relevantes a fim de contribuir no propósito de planejar a curto e longo prazo caminhos e perspectivas para a minimização dos impactos e a preservação do meio. Mostra-se imprescindível buscar entender, a partir da memória, individual ou coletiva, das percepções e da história ambiental local, as relações sociedade-natureza, as transformações sofridas e os caminhos a serem percorridos futuramente.

Na perspectiva da história ambiental, de acordo com conceitos trazidos por Drummond (1991), têm-se a combinação da história social com a história natural, colocando “a sociedade na natureza”. Dentre as características concernentes a estudos no campo da história ambiental, o autor observa que as análises ambientais devem focar em uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural:

Por vezes se dá um recorte cultural ou político à região estudada, mas sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas [...] com essa ênfase em áreas específicas, a História Ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos (DRUMMOND, 1991, p.5).

Para Worster (1991), o objetivo preambular da história ambiental é o aprofundamento da compreensão da interação dos seres humanos ao longo das eras com o ambiente natural, e também do impacto causado no mesmo, sendo que nem sempre tal impacto é negativo. Pádua (2002) complementa esse entendimento, caracterizando a natureza como agente histórico, construtor, desconstrutor e reconstrutor das sociedades ao longo do tempo.

De acordo Ferri (2014) a metodologia da história ambiental investiga a associação entre a cultura humana e o ambiente físico, servindo-se de fontes que expliquem o processo em suas particularidades e desdobramentos:

Além de ser um olhar retrospectivo das formas sociais de destruição ou de coevolução com a natureza, a pesquisa em História Ambiental permite um enfoque prospectivo para a reconstrução das relações mais sustentáveis. Tal pesquisa traz para o historiador a possibilidade de desenvolver o seu papel social, desmistificando os usos, as representações e apropriações da natureza (FERRI, 2014).

Segundo Pollak (1989, p.9), a referência ao passado serve, entre outros aspectos, para manter a coesão dos grupos e das instituições sociais, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

À luz da perspectiva teórica anteriormente apresentada, ao analisar o território da Colônia Juliano Moreira, observa-se que há forte conexão e coexistência do passado no presente, além de intensa concomitância de diversos atores sociais - pacientes, ex-pacientes, moradores antigos e novos, ex-funcionários, com interesses difusos, criando uma massiva memória coletiva da região, seja dos aspectos paisagísticos, espaciais, ambientais ou afetivos (PAULA, 2010).

No tocante a tais permanências e conexões com o passado, há que mencionar o peso de uma longa tradição na forma de lidar com o ambiente natural perpetuada na história do Brasil. Nessa perspectiva, citando brevemente a história ambiental do Brasil, do ponto de vista da colonização portuguesa, houve um processo intenso de desbravamento extrativista de viés predatório, com grande devastação de ecossistemas, alguns dos quais sequer tiveram a oportunidade de se documentar ou conhecer.

O desmatamento da Mata Atlântica, um dos casos mais emblemáticos no país, pode ser imputado à ação de industriais, mineradores, madeireiros, agricultores, pecuaristas, indígenas e missionários, cada qual com sua especificidade e intensidade (DEAN, 1996).

A floresta, aparentemente, era vista como barreira a ser vencida pelos colonizadores, para atingir “o progresso” e estabelecer a “civilização” era necessário derrubá-la. Nesse período, o pensamento de desenvolvimento não incluía o preservar, sendo que o nascimento das cidades deu-se pela morte da natureza.

A mata era vista como uma fonte inesgotável de recursos e ao mesmo tempo era temida, por ser desconhecida (MOHR *et al.*, 2012). Esse pensamento converge com o de Drummond (1991, apud FERRI, 2014, p. 21): “podemos analisar a importância atribuída à natureza sob a perspectiva de que: quanto mais próxima ela estiver do sujeito, mais temida e desprezada é; e, quanto mais escassa e distante ela estiver, mais amada e admirada se torna”. Nessa perspectiva, argumenta Ferri:

[...] Cabe investigar o processo de exploração aplicado à floresta em determinados momentos da história, sendo que o momento atual carece de um estudo sistemático acerca das causas e consequências desta relação estabelecida entre o homem e o ambiente. É competência do historiador localizar e utilizar de maneira sistemática as fontes que até então, por vezes, foram esquecidas ou negligenciadas por pesquisadores de outras áreas do conhecimento (FERRI, 2014, p.21).

Pollak (1989) indica que a seletividade da memória, a qual gera o esquecimento e a exclusão, delibera sobre os lugares de memória que precisam ou não ser lembrados. Para a história ambiental, a paisagem representa um documento histórico com significados, percepções, memórias e informações relevantes para sociedade.

Nesse sentido, o bairro da Colônia Juliano Moreira e seu patrimônio, pelo seu histórico de sincronia de vários ambientes em um só território, tem negado voz ao ambiente natural, que segue sufocado, silenciado e violentado. Portanto, há que se olhar para o passado de maneira holística, com vistas à escrita de um futuro possivelmente diferente.

Dito isto, ante a pesquisa bibliográfica feita previamente para compor o presente trabalho, não há registro de documentos, nos principais buscadores acadêmicos, que façam referência a algum remonte da história ambiental da região da Colônia Juliano Moreira.

3 VÍNCULO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO

As primeiras e mais antigas transformações ambientais ocorridas no território que hoje abriga o atual Parque Estadual da Pedra Branca, e possivelmente a Colônia Juliano Moreira, deram-se em decorrência da ação de seus habitantes progressos, tribos indígenas que remontam há mais de 3 mil anos (OLIVEIRA, 2005). Segundo o autor

[...] a ocupação da região [Parque Estadual da Pedra Branca] iniciou-se, como em boa parte do litoral sudeste, há mais de três mil anos, com bandos de coletores-caçadores que formaram vários sambaquis (montes de conchas e restos orgânicos) na baixada de Jacarepaguá. A economia desses grupos era bastante diversificada, com predomínio da pesca e coleta de moluscos. Apesar da dependência dos recursos litorâneos, existem evidências de que essas populações subsidiaram seu abastecimento com a caça na encosta do maciço da Pedra Branca. Machados de pedra encontrados na floresta atestam essa possibilidade (OLIVEIRA, 2005, p. 23).

Essa hipótese pode inclusive ajudar a explicar a conexão da região com uma consciência ambiental de longa duração, visto que, em momentos distintos no tempo presente, a região abrigou indígenas participantes de eventos importantes. Exemplo emblemático deu-se por ocasião da realização da Eco-92 (Figura 1) e Rio+20 (Figura 2), quando aldeias foram erguidas em meio aos vestígios de Mata Atlântica:

A Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, vizinha ao Projac, que já sediou o Hospital Nacional dos Alienados, um hospício, transformou-se ontem em uma Babel de etnias autóctones da América. Quatrocentos indígenas brasileiros, representando tribos guaranis, pataxós, xerentes, parecis, caiowaas e caiapós uniram-se a siouxies do norte do Canadá, a grupos maias guatemaltecos e a astecas mexicanos em uma só aldeia, a Kari-Oca. Três ocas à moda das existentes no Alto Xingu foram construídas para abrigar os representantes de 25 nações brasileiras (CAPRIGLIONE, 2012).

Figura 1 - Aldeia Kari-Oca erguida durante o evento ECO-92



Fonte: TV Casa da Gávea (2012)

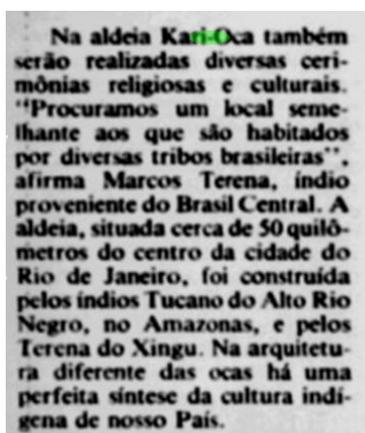
Figura 2 - Aldeia Kari-Oca reconstruída na Colônia Juliano Moreira em 2012.



Fonte: Fiocruz Mata Atlântica (2012)

Segundo Souza *et al.* (2015, p. 6) “culturalmente, a natureza representa para os indígenas muito mais do que um meio de subsistência. Representa o suporte da vida social e está diretamente ligada aos sistemas de crenças e conhecimentos, além de uma relação histórica”. A partir desta afirmação, pode-se imaginar que não é qualquer ambiente que se mostra propício a alocar nativos, dada sua relação antropomórfica com o meio natural. Conforme relato presente no Jornal O Fluminense (1992) (Figura 3), dentre as diversas regiões disponibilizadas para receber as populações tradicionais, a escolha pela região da Colônia Juliano Moreira deu-se pela similaridade com as características das áreas indígenas em diversos estados do país, sendo o local ideal para realização dos rituais sagrados.

Figura 3 - Parte de reportagem jornal “O Fluminense”



Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional (1992)

Perpassando o primeiro momento de ocupação, têm-se a origem da região associada ao período colonial. Dean (1996) aponta que o desmatamento da região de Mata Atlântica provém da procura incessante do Pau-Brasil pelos europeus colonizadores, bem como pelas queimadas para instalação de lavouras de cana-de-açúcar, dos engenhos e pastos para o gado, além do plantio de outros gêneros. Tais fatores foram determinantes por impactar grande parte da floresta nativa, a qual ocupava a região sudeste do Brasil, sobretudo o litoral.

As mudanças ambientais no território em questão, em especial pela superexploração da floresta, a partir da ação dos invasores europeus, deve-se ao modo colonial de trabalho desenvolvido a partir do século XVI. A sucessão das práticas tradicionais indígenas pela monocultura europeia, sempre seguida da

coivara¹, aumentou significativamente a pressão e a coação sobre a Mata Atlântica, com ênfase nesse período para o desperdício de recursos gerados pelo cultivo de cana-de-açúcar, mineração e, no século XIX, o cultivo do café (OLIVEIRA, 2005). Exemplo de aplicação dessas práticas, o Engenho da Taquara e o Engenho D'água, os quais estavam situados no território que posteriormente seria a Colônia, eram grandes produtores de cana-de-açúcar e cachaça, sendo esses detentores da primeira usina de produção de açúcar da região (COSTA e GONÇALVES, 2015).

Ao longo do século XVIII, Jacarepaguá era conhecida como “Planície dos Onze Engenhos”, devido à intensa produção açucareira da região. Já no século XIX, a produção cafeeira avança no território, que vai se subdividindo e dando origem a novas fazendas, que se aproveitaram do solo fértil dos engenhos para o cultivo do café. No fim do século XIX começa um processo de aterramento de pântanos e re-divisão em chácaras, que ocorreu lentamente e se manteve até os anos 1860 (VIEIRA, 2019, p. 4).

Corrêa (1936, p. 73), conservadorista pioneiro, atenta para os problemas ocasionados, já naquela época, pelo uso irrestrito dos recursos naturais na região da Colônia “a flora carioca foi desde os tempos coloniais devastada pelo homem, quer para construção, quer para lenha e carvão, transformando a exuberante vegetação secular em depauperada capoeira”.

O autor também assinala a falta de políticas públicas, abandono e problemas sociais diversos tais como a retirada de matérias-primas das florestas, restingas e mangues associadas à redução da biodiversidade do ambiente, resultando no aumento progressivo da pressão sobre a floresta. Chama a atenção para uma questão que teve pouco avanço, e precisa ser incorporada num debate público mais amplo sobre preservação ambiental:

O problema fundamental no Brasil é o de uma sadia brasilidade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para garantia de nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência aos seus habitantes. Particularizando o sertão carioca, o fiz como exemplo dessa calamidade que abrange todo o território brasileiro (CORRÊA, 1936, p. 237).

Os problemas relatados pelo autor prolongaram-se com o desenvolvimento dos engenhos na região, que, por um lado, trouxeram progresso para a economia, e, por outro, retrocesso para o meio ambiente, com alterações aceleradas em sua composição e características primárias.

Ainda hoje, é possível ver marcas associadas a esse período na floresta da Pedra Branca. Ao adentrar a mata, há a presença de construções antigas, como dutos para escoamento e sistemas de canalização rústicas contrastando com as instalações

¹ Também chamada de agricultura de queima, técnica que prevê as queimadas entre uma safra agrícola e a próxima.

mais recentes para captação de água, em razão de ali encontrar-se uma represa que abastece parte do território. Além disso, percebe-se a inserção de diversas espécies exóticas invasoras, como Lambari - *Tradescantia zebrina* e Comigo ninguém pode - *Dieffenbachia amoena Bull*, estando associadas à passagem de populações variadas pelo ambiente.

Segundo Gifalli (2015), no final do século XIX e início do XX, a Baixada de Jacarepaguá foi parcelada e o bairro da Colônia ficou localizado na região do Engenho Novo da Curicica ou da Pavuna ou, ainda, Nossa Senhora dos Remédios, os quais lentamente, no decorrer desse período, foram encerrando suas atividades, migrando para uma nova realidade, a desapropriação das estruturas para construção da Colônia Agrícola:

Em 1912 a fazenda Engenho Novo é, então, desapropriada para a construção do Hospital de psicopatas homens – primeiro nomeado como Hospital-colônia Juliano Moreira. Ao interpretar as transformações pelo viés da decadência, procurou-se um marco divisório entre o “antes” e o “depois”, produzindo a imagem das políticas como desbravadoras, fundadoras e benfeitoras. Tal ciclo será reproduzido mais duas vezes no histórico da região: no momento da chegada de políticas urbanizadoras – com o Plano Lúcio Costa – e a retomada dessa expansão imobiliária anos mais tarde sob o advento das obras olímpicas (GIFALLI, 2015, p.36).

Com a alternância de configuração do espaço de área de Engenhos para Colônia Agrícola para Alienados, Figura 4, o ambiente passa a ser utilizado de uma nova maneira, surgindo um novo vínculo com a natureza, como parte integrante do tratamento psiquiátrico. Segundo Venâncio (2011, p. 42), a paisagem, a vegetação e a dimensão da área ocupada mostravam-se propícias ao proposto, pois “o isolamento dos doentes em colônias foi prontamente associada à vida rural, longe das cidades, em virtude de eventuais benefícios do clima que dá possibilidade de o exercício do trabalho agrícola desempenhar um papel terapêutico”. Ainda segundo a autora:

Foi nesse local afastado dos centros urbanos e marcado pelo descaso do Estado, que deixava seu povo à mercê de suas necessidades, ao mesmo tempo representativo do que nos seria mais autêntico, que se constituiu e desenvolveu a Colônia de Psicopatas-Homens: um lugar que congregava as qualidades da vida rural, consideradas um dos pilares do tratamento a ser oferecido nas colônias agrícolas. Longe da civilização estariam assim dadas as condições propícias ao isolamento terapêutico, e perto da ‘natureza’ brasileira que ali vicejava os indivíduos poderiam desenvolver sua verdadeira essência saudável (VENANCIO, 2011, p. 42).

Figura 4 - Vista aérea da “Colônia de Psicopatas”



Fonte: Arquivo Nacional, 1940.

Os pacientes possuíam uma ligação única com o lugar, além do tratamento psiquiátrico. De acordo com documentos consultados no arquivo do Centro de Estudos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira - IMASJM (2022), diversos internos buscavam refúgio na floresta, e como descendentes das populações que antes abrigavam-se na região do Sertão Carioca, muitos eram agricultores (Figura 5), erveiros (Figura 6) e pecuaristas (Figura 7), outras ações que envolviam a dinâmica com o natural era a produção de colchões com capim, prática na qual o usuário plantava, colhia e fabrica os colchões para os pavilhões (Figura 8).

Figura 5 - Pacientes agricultores produzindo mudas para plantio.



Fonte: IMASJM, S/D.

Figura 6 - Paciente erveiro.



Fonte: Arquivo IMASJM, S/D.

Figura 7 - Grupo de pacientes “pecuaristas” no Pavilhão Agrícola.



Fonte: IMASJM, 1945.

Figura 8 - Grupo de pacientes fabricantes de colchões de capim.



Fonte: IMASJM, S/D.

O funcionário da instituição W., 57 anos, que atua na região da Colônia desde 1989, relata sua experiência de atuação no Pavilhão Agrícola, e como era a dinâmica de atividades e interação entre os pacientes e o meio ambiente:

“Eu sou artista plástico, artesão, mas a terra sempre me seguiu, as plantas. Quando eu vim pra Colônia me mandaram para o último Pavilhão, que era só de homem, o Agrícola. Aí eu fui pra lá, onde eu iniciei uma horta terapêutica, e os próprios pacientes do pavilhão eram todos agricultores, plantavam capim para colchão. Eu peguei uns 10 deles para trabalhar comigo na horta, uns molhando, outros capinando, outros plantando, assim eu engrenei a horta, sempre respeitando o meio ambiente, o Pavilhão ficava dentro da mata, onde a horta era regada com a água da cachoeira [...] Você não cortava uma árvore, os moradores e os pacientes tinham consciência” (W., 57 anos, funcionário desde 1989).

Diferentemente do ciclo dos engenhos, nenhuma das ações vinculadas com o meio ambiente desenvolvidas no território durante o período da Colônia Agrícola para Alienados tinha a intenção de exploração irrestrita, como produção em larga escala ou produção com fins lucrativos, sendo essas dinâmicas associadas a danos e a degradação de ambientes naturais, se não feitas de forma sustentável. Essa relação direta dos pacientes agricultores com o ambiente natural pode ser associada como auxiliar na preservação e o encaminhamento para a próxima etapa do histórico ambiental territorial.

No período que intercorre, entre a década de 1940 e 1970, houve a expansão das construções asilares na Colônia, aumentando gradativamente o número de internos,

e em consequência o número de funcionários para o desempenho das diversas funções do espaço. Esse momento foi marcado ainda pela preservação das características rurais, visto a prática da agricultura pelos pacientes ser contínua, sendo reconhecida como “terapia através do trabalho”.

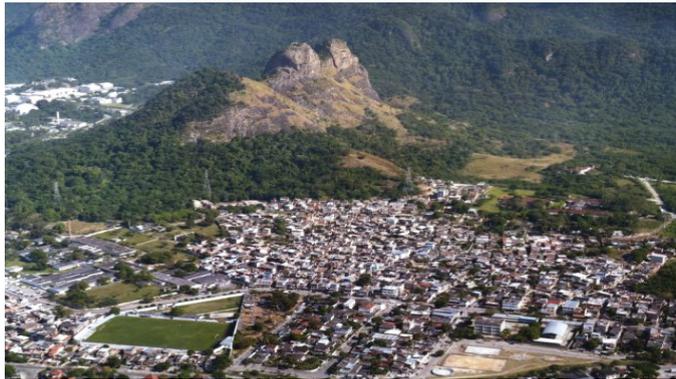
Assim, ao mesmo tempo em que a instituição psiquiátrica se constituía em uma área rural, ela ajudava a empreender nessa região alguns aspectos de urbanidade, na medida em que o tratamento ali dispensado incluía casas para moradores e circulação de pessoas, inclusive pacientes (COSTA e GONÇALVES, 2015, p. 59).

As qualidades ambientais locais foram reconhecidas com a criação, em 1974, do Parque Estadual da Pedra Branca, unidade de conservação de proteção integral (INEA, 2013). O parque destina-se, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, facilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico:

O Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB - é reconhecido como uma das maiores florestas em área urbana do mundo e a maior do Brasil. Tem um papel central no equilíbrio hídrico e climático da cidade do Rio de Janeiro, ocupando cerca de 10% do seu território e protegendo mais de 50% do remanescente de Mata Atlântica da cidade. Também tem uma importância sociocultural pois protege sítios tombados e registros históricos que remonta ao denominado Sertão Carioca. O PEPB faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, declarada pela UNESCO em 1992, integra o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar e o Mosaico Carioca (INEA, 2013).

Com o passar dos anos e as constantes mutações no território, a partir do final dos anos 80, e em especial pela grande extensão da área e suas particularidades, o agravamento das questões sócio-espaciais impulsionou invasões diversas nessas áreas públicas. A ineficácia do poder público para suprir os cuidados necessários gerou uma intensa, diversa e indevida ocupação das terras na Colônia (Figura 9), bem como a crescente degradação ambiental. A Secretaria Municipal de Saúde não obteve apoio e enfrentou dificuldades com a gestão da área, ficando vulnerável ao administrar os diferentes setores presentes no espaço: saúde, segurança, habitação, invasões e meio ambiente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Figura 9 - Vista aérea da urbanização e pressão sobre a floresta.



Fonte: Domingues e Benedites apud de Paula, 2010.

J., 80 anos, morador da região há mais de 50 anos, narra sobre sua percepção de como era o território e as memórias das transformações com a chegada dos novos moradores a partir dos anos 80:

“Quando eu cheguei aqui na Colônia, aqui era horta e fruto, quando cheguei a pessoa vivia de fruto aqui, era mangueira, laranja, banana, todo tipo, e depois das mudanças, da enchente, depois de outras mudanças dos anos 80, que eu não lembro qual foi o ano no momento, das pessoas que chegaram para construir, que devastou todas as áreas de Jacarepaguá e a beleza da Colônia foi tudo embora. Aí então, de uma só vez, eu já botei no solo muito plantio, agora não consigo, os rios todos sujos, são levados lá pra Barra, era no governo Collor. Porém, isso já vai fazer 30 anos, mais ou menos. Nesses 30 anos nós estamos reconstruindo a Colônia devagarzinho, porque é difícil fazer um idoso novo e um novo idoso, mas só o futuro para ver e dizer o que vai acontecer aqui” (J., 80 anos, morador da região desde 1964).

Esses fatos foram condutores de alterações mais bruscas, nascendo a partir disso novas características para o ambiente. Os processos de desinstitucionalização e municipalização, a favelização e o aumento populacional acentuado da Colônia pressionaram a natureza ali presente, antes tida como fator norteador das atividades nessa região e agora tida como empecilho a ser superado a qualquer custo para o avanço de objetivos diversos, como a urbanização local e a inserção do espaço na cidade.

4 METODOLOGIA

A escolha do tema deu-se a partir de interesse pessoal pela localidade, pois sou moradora do bairro vizinho, Curicica, e pude acompanhar de perto as significativas mudanças ocorridas no ínterim dos últimos anos na Colônia Juliano Moreira.

Lembro-me de ir com meus pais brincar nas ruas de terra da Colônia, isso no início dos anos 90. Eles levavam-me ao local para andar de bicicleta, pois as ruas eram tranquilas e não havia movimento de carros, aproveitávamos essa calma somada à proximidade da natureza para tardes agradáveis que guardo com carinho até hoje. Explorar a região aguçou meu gosto pelo natural, ali tive as primeiras experiências de contato com trilhas, cachoeiras, animais silvestres e flora diversificada, e sendo esse um dos fatores determinantes para escolha de minha futura profissão, a Engenharia Ambiental.

Quando começaram a ocorrer as primeiras transformações urbanísticas no bairro, por volta dos anos 2000, o acesso a algumas ruas e áreas, que antes eram desimpedidas, foi dificultado, especialmente pelo trabalho das máquinas e dos operários, que executavam obras, pavimentação de ruas, supressão de vegetação para construção de casas, escolas e reforma dos antigos prédios históricos. Devido às dificuldades impostas pelo “progresso”, deixamos de frequentar a Colônia.

Durante a graduação, ao cursar a disciplina Gestão da Comunicação Ambiental, a qual tratava dos impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento urbano, para compor trabalho solicitado pela professora escolhi falar da região da Colônia Juliano Moreira, e voltei a visitá-la com frequência, constatando, com o olhar mais técnico, porém não menos afetuosos, as consequências para a natureza do crescimento repentino e desordenado da cidade.

Em vista disso, observei problemas ambientais recorrentes e comuns, e nenhuma medida para contê-los, talvez por desconhecimento do potencial lesivo ou por falta de interesse em empregar políticas públicas para saná-los. Considerei as hipóteses e identifiquei a necessidade de fundamentar isso para futuramente propor ações concretas e possíveis de serem implantadas com vistas a minimizar os efeitos negativos do crescimento local no meio ambiente.

Corroborando esses fatos, o Ministério Público, por meio de Ação Civil Pública - um dos documentos que fundamenta este trabalho - advertiu sobre a necessidade da proteção e preservação das características ambientais da região, local que abriga um núcleo histórico importante das transformações sofridas na passagem do século XX para o século XXI:

Ante a constatada omissão do ente Municipal, em adotar medidas mínimas preventivas, bastantes para impedir novas invasões danosas ao meio ambiente, expondo a risco inaceitável a integridade de área verde localizada

no interior de Área de Especial Interesse Social - Colônia Juliano Moreira, não pode o Ministério Público (tampouco o Poder Judiciário) permanecer inerte aguardando a consumação de nova invasão e a perda do bem ambiental público que deve ser protegido (MPE RJ, 2018, p.17).

Diante do exposto, o objetivo geral do trabalho é apresentar uma história ambiental do bairro Colônia Juliano Moreira, trazendo as percepções e memórias referentes ao meio ambiente e suas transformações advindas de algumas das principais testemunhas das mudanças do bairro: funcionários e moradores locais mais antigos.

No contexto deste trabalho, a memória pode ser compreendida como “a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações” (MOURÃO e FARIA, 2015) e a percepção pode ser definida como “o processo por meio do qual um indivíduo reconhece, seleciona, organiza e interpreta a informação que recebe do ambiente, através dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato)” (BACHA, STREHLAU e ROMANO, 2006).

As questões que conduzem a pesquisa são: Quais as percepções dos atores sociais sobre os impactos ambientais que ocorreram nos últimos anos na Colônia Juliano Moreira? As mudanças sociais, ambientais e espaciais na região foram benéficas ou maléficas? Que influência a natureza reflete na vida dos moradores e frequentadores da região? Que ações podem ser sugeridas para integrar de forma sustentável o antigo e o novo nesse ambiente?

Para responder essas questões, a metodologia para o presente trabalho caracterizou-se como pesquisa aplicada e pesquisa-ação, qualitativa, exploratória, sendo desenvolvida a partir de relato de experiência em conjunto com pesquisa de campo, documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa-ação dá-se pela minha atuação como educadora popular do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, no projeto denominado “Arte, Horta & Cia”, horta agroecológica localizada no centro do território em questão, no antigo pavilhão Ulisses Viana, atualmente desativado. Os diálogos com alunos do projeto, moradores locais e funcionários antigos proporcionou identificar os atores sociais mais ativos durante os processos de mudança no território e com isso pude fazer os convites para as entrevistas.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas no período de um mês, totalizando 2:52 h de áudio gravado com as respostas ao material. Cinco pessoas foram entrevistadas no período, sendo dois funcionários da instituição e três moradores.

5 INTENSAS MUDANÇAS NO TERRITÓRIO, PERÍODO 2008-2022.

A escolha do recorte espaço-temporal presente neste trabalho ocorreu por conta das demasiadas intervenções que ocorreram no bairro a partir da instalação das obras de infraestrutura local, sendo esse o período chave que se apresentou entrementes a pesquisa realizada, ensejando assim o entendimento das dinâmicas atuais da região em questão.

O PAC teve como objetivo promover melhorias socioeconômicas da população brasileira, consistindo em um conjunto de medidas orientadas a incentivar o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura, tendo iniciado-se em 2007 e com planejamento estratégico com horizonte de atuação inicial até 2010. A Infraestrutura Social e Urbana e as intervenções em favelas foram consideradas prioritárias para o programa (BNDES, 2014).

No ano de 2007, a partir de parceria estabelecida entre Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ e o Governo Federal, através da Secretaria do Patrimônio da União - SPU e do Ministério das Cidades, foi estabelecido o “Programa de Aceleração do Crescimento para a Colônia Juliano Moreira - PAC Colônia” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Desde 2009, com a aceleração do processo de desativação da Colônia, abriu-se a perspectiva de profundas transformações espaciais e sociais, tanto no seu interior como em seu entorno. Assistiu-se ao início da aplicação de importantes investimentos governamentais em infra-estrutura oriundos do PAC-Colônia – denominação que assumiu o programa de urbanização da Colônia Juliano Moreira com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal – visando à instalação de saneamento básico, arruamentos, construção de moradias populares, regularização fundiária, instalação de equipamentos educativos e culturais. Ruas surgiram onde havia mato; antigos pavilhões hospitalares foram adaptados para moradias populares; muros foram derrubados e uma nova creche municipal foi construída (POTENGY e HOPPE, 2015, p. 279).

Essa mudança estrutural encontra-se ligada a integração da região à cidade, deixando de fazer parte de área marginal para estar afixada na malha urbana, criando infraestrutura básica à população local e assim provendo o necessário. Há de se pensar na importância da criação de estruturas para comunidade, visto que a região carece de investimentos em políticas públicas, porém é imprescindível pensar-se em soluções integradas, desenvolvendo a área de forma não violenta, respeitando-se especialmente suas características ambientais.

Com a redescoberta da área, até então atribuída apenas como espaço manicomial, observa-se cada vez mais a ação especulativa do setor imobiliário, o qual beneficia-se das reconfigurações locais e da proximidade da natureza, característica usada em diferentes épocas para serventia de diferentes interesses. Inicia-se assim um novo movimento de morte do natural, ciclo que perdura até a atualidade, com disputas crescentes do território por grupos diversos, como invasores, posseiros, milícias e construtoras empresariais.

De acordo com Fabiane, Spinelli e Souza (2020, p.1) o planejamento das cidades não contempla todas as áreas, e de modo geral, os locais de populações vulneráveis são os que mais crescem de forma desordenada e sem respeito aos elementos naturais presentes e a legislação vigente “A natureza convertida em mercadoria, representa uma nova forma de segregação urbana, pois quando legalizada traduz-se em felicidade e qualidade de vida e quando ilegal, torna-se alternativa de local para (sobre)viver”.

[...] observamos que este complexo contexto de grande investimento público na área da [Colônia Juliano Moreira], financiando obras de infraestrutura urbana e de moradia, dificulta a equação entre a preservação ambiental e a garantia do direito à moradia juntos com as infraestruturas, serviços e equipamentos públicos adequados, além da grande pressão imobiliária que esta área sofre e vai sofrer nos próximos anos [...] dos atores que estão produzindo o espaço urbano da Colônia Juliano Moreira, é possível notar, a partir da leitura das entrevistas, que novos agentes foram introduzidos durante estes últimos anos [...] (PÉREZ, 2014, p. 73).

Dentre os agentes e as ações inseridas no território nos últimos anos, e que mais impactaram negativamente o meio natural, a construção da via Transolímpica é a que trouxe acentuadas consequências de violência visíveis e permanentes para as florestas. Inicialmente, o traçado do projeto não contemplava o interior da região, mas por uma mudança na estrutura da construção da via, o percurso foi alterado, passando a atingir grande área verde do território (MENDO e MAIA, 2014).

Segundo Mendo e Maia (2014) a mudança no traçado da via Expressa afetou grande área de reflorestamento do bairro, e conforme entrevistas feitas pelas autoras com autoridades envolvidas no projeto da Prefeitura, a alteração foi necessária visando um menor impacto social, pois, segundo os entrevistados, o traçado original iria desapropriar mais moradias.

Em entrevistas veiculadas na imprensa a época dos fatos, é possível ter um pequeno recorte da situação e o incômodo causado pelas ações das obras:

Saudosos, moradores da Colônia Juliano Moreira lembram do tempo, não tão distante, em que o relinchar dos cavalos era o ruído mais alto que podiam escutar e de quando podiam dormir com as portas destrancadas, tamanha a tranquilidade na região, cujo crescimento demográfico se deu a partir de núcleos familiares formados por funcionários e ex-funcionários do antigo hospital psiquiátrico. Recentemente, porém, com as obras do PAC e, principalmente, do corredor expresso Transolímpico, que passa por dentro do bairro, o panorama se transformou. Entre transtornos, demolições e preocupação com aumento da insegurança de um lado, e promessas de urbanização e progresso do outro, a população e as instituições locais se preparam para absorver um impacto já visível e relevante (ALTINO, 2016).

De acordo com Konchinski (2014) a área inserida no novo traçado da Transolímpica ocasionou a derrubada de aproximadamente 20 hectares de floresta, o equivalente ao tamanho do bairro da Taquara, “de acordo com o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), desse total, 19,6 hectares são de vegetação considerada de estágio médio de regeneração e outros 0,4 hectare de estágio avançado”. A autorização para supressão deu-se por ser área de interesse público, situação permitida em legislação ambiental pertinente para proceder com o desmate. A Secretaria Municipal de Obras (SMO) informou à época que, o traçado original não previu esse desmatamento, porém houve a necessidade de troca para amenizar as desapropriações.

O morador L., 40 anos, chama a atenção para as situações decorrentes das obras no território, e as consequências para a fauna e flora, além do impacto nos corpos hídricos:

“Houve uma grande mudança relacionada à questão ecológica da região, principalmente ao reflorestamento, no passado não tinha essa preocupação, uma coisa curiosa que chama muito minha atenção é a poluição dos rios, que foram altamente poluídos com esse crescimento desordenado da Colônia. Essas mudanças ocorreram também mais agressivamente com as obras da Transolímpica, antes eram as invasões, as ocupações irregulares, agora depois da construção da Via Expressa, que foi uma violência contra o território, ocorreu a retirada de biomas inteiros. Em meu ver essas mudanças foram ruins, sem planejamento, trouxeram desmatamento, sem replantio das espécies, ao menos que eu saiba, nenhuma preocupação com os animais, tendo ocorrido apenas um recorte da região” (L., 40 anos, morador da região desde 1982).

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ já havia antevisto, em 2012, ao analisar o Estudo de Impacto Ambiental - EIA referente à obra, inconsistências presentes acerca de diversos aspectos apresentados, como ausência de um maior detalhamento sobre a sinergia e a cumulatividade resultante da supressão ambiental, bem como avaliação incoerente quanto a perda de fauna nas regiões afetadas (MPRJ, 2012).

O EIA não é claro em vários pontos, e de acordo com investigação conduzida por Peixoto (2018), ao analisar-se cada área levantada pelo estudo do corredor viário, e ao comparar-se com as boas práticas ambientais internacionais, o EIA desse empreendimento foi considerado insatisfatório, especialmente no que trata da avaliação dos principais impactos ambientais. Os apontamentos feitos pelo MPRJ não foram suficientes para evitar o prosseguimento das obras, e apesar das recomendações do órgão, não há documentação que caracterize qualquer movimentação para cumprir as condicionantes que foram solicitadas.

Imagens retiradas do Google Earth, Figura 10 e Figura 11, comparam às mudanças ocorridas em um pequeno trecho da Colônia, no período entre 2008 -2022.

Figura 10 - Imagem de Satélite CJM



Fonte: Google Earth, 2008

Figura 12 - Moradores locais reunidos contra a degradação ambiental



Fonte: <https://ecoloniarij.webnode.page/galeria-de-fotos/#a6-jpg1>, 2014

Ecolônia surgiu em dezembro de 2013 com a chegada dos boatos quanto a passagem da via pela Colônia, decorrente da mudança do traçado original. Alguns moradores se organizaram e se articularam com outras comunidades como Bosque Boiuna, Curumau e Magalhães Bastos para entrar com um processo no Ministério Público da União contra a construção da via. Para tal, alegaram o impacto ambiental que seria a construção da via em área de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca. Além do impacto social, com a remoção, a princípio, de um número alto de moradores. O movimento, apesar de não alcançar seu objetivo inicial, conquistou a mudança do trajeto com menos impactos e remoções no interior da colônia. Além disso, passou a ser um importante canal de articulação e contato no que se refere a via. Para isso, contou com o apoio da Defensoria e do Ministério Público. A E-colônia participou não só das reuniões diretas com a prefeitura e o consórcio da via, como também conseguiu falar em debates sobre o impacto das ditas “obras olímpicas”, em audiências sobre problemas de mobilidade na cidade, assim como nas Audiências públicas no legislativo municipal, estadual e federal (GIFALLI, 2015, p.89).

Seguidamente as modificações nos traçados das obras, o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC foi celebrado entre Prefeitura do Rio de Janeiro e INEA, número 05/2016, Processo E07/002.08512/2016, que instituiu as condições de medidas mitigatórias para liberação da Licença de Operação - LO da via Transolímpica, tendo prazo de duração inicial de dois anos.

Dentre as ações solicitadas, está a execução de projeto de reflorestamento nas regiões atingidas pela via. Em pesquisa feita em diversas fontes do INEA e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC, não há menção ao cumprimento de tais medidas mitigatórias, que são essenciais para o prosseguimento da operação da via. Ao contrário, reforçando esse não cumprimento, o MPRJ em Ação Monitória (2021) afirma que:

“Nos últimos anos o réu, Município do Rio de Janeiro, contratou a realização de dezenas de obras, tais como [...] Transolímpica e Transcarioca, [...], que ocasionaram o corte de milhares de árvores em toda cidade, dentre estas árvores encontravam-se espécies nobres como pau-brasil, palmeira imperial e ingá, sem ter cumprido sua obrigação de compensar o dano ambiental, embora tivesse reconhecido a obrigação de fazê-lo” (MPRJ, 2021, p.2).

O MPRJ (2021) destaca que, diante das autorizações de supressão concedidas à Prefeitura para as obras, a que se fazer a compensação, especialmente no território da Colônia Juliano Moreira, o qual foi extremamente impactado com as mudanças oriundas não só da Transolímpica, como também das construções executadas pelo PAC. W., discorre com pesar em relação ao antes e depois da construção da via no território, evocando da memória momentos diversos de seu convívio com o natural:

“Era só mata onde fizeram essa pista [Transolímpica], você olhava pro lado muitas árvores, entendeu. Tinha muitos pássaros, agora você tá respirando poluição. Para quem gosta da mata, da natureza, devastou tudo. Onde chega o progresso, é isso aí, tem devastação. Eles cortaram tudo, os pés de jamelão, arrastaram com trator, com corrente. [...] A comunidade cresceu sem ter um controle, fizeram os prédios do PAC que foi uma devastação só, ficou muito difícil, porque hoje ninguém planta, só arranca” (W., 57 anos, funcionário).

Anterior a isso, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, em decisão do processo judicial 0460384-31.2015.8.19.0001, de 2019, proveniente do Inquérito Civil MA 7935, tendo o MPRJ como autor e como réu o Município do Rio de Janeiro, questiona que, a Prefeitura assumiu responsabilidade de compensar a supressão de 1665 espécies arbóreas do território da Colônia para construções do PAC, efetuando o plantio de 9.503 mudas, não havendo comprovação da execução de tais medidas, mesmo diante de reiterados pedidos feitos pelos órgãos competentes.

Aduz que a Prefeitura do Rio de Janeiro assumiu a responsabilidade de implantar as medidas compensatórias (totalizando o plantio de 9.503 mudas) referentes às nove autorizações de supressão de vegetação concedidas (totalizando a supressão de 1665 árvores), as quais não restaram comprovadas, e que existem algumas árvores nativas pré-existentes no local do empreendimento, que não obtiveram autorização para remoção, mas que, no entanto, estão perecendo (TJRJ, 2019, p.3).

Na decisão proferida pela juíza do processo, define-se que “até o presente momento, não consta dos autos elementos probatórios que denotem o seu efetivo cumprimento, isto é, plantio das 9.503 mudas”. Apesar de a medida compensatória não ter que necessariamente ser feita na própria Colônia, a falta de aplicação de tal ação deixa de, por exemplo, atuar no favorecimento da biodiversidade, na introdução de espécies nativas e na recuperação de áreas degradadas na cidade.

Além dos impactos ambientais causados pelas transformações do território nas obras do PAC e na construção da Transolímpica, a região sofreu e sofre ainda com a

ação intensa de invasões em diversos pontos, na maioria das vezes conduzidas por grupos paramilitares. De acordo com reportagem de Altino (2019) “[...] invasões de terra se agravaram há pouco mais de três anos. Atualmente, casas e prédios são erguidos em alta velocidade.”

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação (SMIH) informou ter demolido 25 construções irregulares nos últimos três anos e vistoriado, recentemente, dez das 20 áreas invadidas na Colônia. A secretaria admite a dificuldade de atuar na região por causa do domínio da milícia, que requer apoio das forças de segurança (ALTINO, 2019).

Tentando conter as ações dos invasores, o MPRJ, através Ação Civil Pública, inquérito MA 8946-2017, ajuizou ação contra a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em vista de prejuízos ambientais no território da Colônia Juliano Moreira. No texto, é citado que os danos provêm de invasões, desmatamento e ocupação de área de floresta de Mata Atlântica densamente arborizada; “[...] o réu, por omissão, contribui de forma direta para grave e iminente risco de ocorrer resultado danoso irreversível, consistente na supressão de vegetação nativa do bioma de mata atlântica em Área de Especial Interesse Social – AEIS”

Portanto, seja pelo aspecto urbanístico ou ambiental, é de máximo interesse social que a área pública em questão, não seja invadida por terceiros, desmatada, ocupada por parcelamento ilícito, tampouco seja objeto de favelização. A área pública integra região na qual foram investidos recursos provenientes de medidas compensatórias ambientais em âmbito municipal e na qual, o próprio planejamento municipal da expansão urbana da cidade, prevê seu uso futuro em projetos públicos habitacionais (MPRJ, 2017, p.9).

O resultado final, todos sabem, é a destruição do meio ambiente e a proliferação de comunidades desprovidas de serviços mínimos e essenciais, como saneamento básico. O que resulta em novos danos à coletividade, no campo da saúde e segurança pública. A única forma realmente eficaz de reverter este ciclo vicioso é impedir que ele se inicie (MPRJ, 2022, p.21).

Diante dos fatos apresentados, no decorrer desse pequeno recorte da história ambiental da Colônia, diferentes ações danosas ao meio ambiente foram empregadas, por diferentes atores e para diferentes fins. Porém, o território ainda resiste, persiste e se reinventa, mesmo diante das adversidades impostas pelas transformações.

6 NA CONTRAMÃO DA DESTRUIÇÃO: SUSTENTABILIDADE NO TERRITÓRIO

Conviver com a natureza é um desafio para as sociedades modernas urbanizadas. Respeitar os limites do meio natural e usar os recursos disponíveis de forma sustentável torna-se precípuo para nossa condição de permanência em determinado ambiente.

Romper com os padrões atuais destrutivos e construir uma nova relação homem-ambiente, dando oportunidade de compreender suas necessidades e complexidades pode ser uma das ações para solucionar a crise sistêmica que se apresenta para a humanidade. Digo uma das ações pois, não é algo simplista, devendo ser analisada como uma modificação estrutural, que envolve diversas questões as quais dependem de atitudes coletivas.

No caso da Colônia Juliano Moreira, apesar de todas as ações de degradação ambiental apresentadas, há movimentos que seguem gerando um impacto positivo para o meio, do mesmo modo que procedendo com a perpetuação da memória ambiental do bairro, conservando saberes populares antigos que, quando não documentados, perdem-se no tempo.

Na guarda dos saberes tradicionais, cito o coletivo presente no território denominado Quintais Produtivos da Colônia, Figura 13. Formado por mulheres agricultoras de diversas idades, são guardiãs dos saberes das ervas, plantio e cuidados diversos com o solo, assim como também o eram os antepassados que viveram na região. Reproduzem em pequenos quintais sistemas produtivos que garantem a alimentação saudável para seus familiares e a geração de renda através da venda dos produtos em feiras agroecológicas. Respeitam a terra, produzem em rede e de maneira harmônica permanecem resistindo ao modo de produção mecanizado e em larga escala, pois priorizam o respeito à diversidade. A devolutiva disso é a sanidade e preservação das características locais do meio ambiente.

Figura 13 - Barraca das agricultoras urbanas dos “Quintais produtivos da Colônia”.



Fonte: Instagram Quintais produtivos da Colônia, 2019.

Outro ente que vai ao encontro do sustentável na comunidade é o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, espaço de memórias do território da Colônia Juliano Moreira. Dentre as atividades desenvolvidas no recinto encontra-se o projeto “Arte, Horta & Cia” (Figura 14), tendo como um dos objetivos a intensificação dos cuidados com a saúde do indivíduo através das “mãos na terra”, aprendizado contínuo de técnicas de cultivo de hortaliças e ponto de educação ambiental.

Nas aulas do projeto busca-se a desconstrução da imagem do espaço da Colônia apenas como asilo manicomial, trazendo assim a tônica da amplitude do ambiente, como por exemplo, sendo parte integrante do Parque Estadual da Pedra Branca, fragmento remanescente do bioma Mata Atlântica ou Sertão Carioca, antigo espaço rural que abrigou importantes engenhos produtores de cana-de-açúcar e café no século passado. Desse modo, revelam-se as histórias, as percepções e as memórias desconhecidas de muitos habitantes que vivem no bairro. A elaboração de uma nova identidade emerge naturalmente, e o senso de pertencimento é explorado de forma a fortalecer o vínculo com o meio ambiente que os circunda.

Figura 14 - Alunos e oficinairos no espaço do projeto.



Fonte: A autora, 2022

De forma a praticar políticas públicas para fortalecimento do meio ambiente, a Fiocruz Mata Atlântica encontra-se presente no território auxiliando na preservação de grande parte do remanescente ambiental. Situada numa área de aproximadamente 500 hectares, sua localização está na fronteira entre a área urbana e o fragmento da Mata Atlântica. O Campus realiza projetos e ações que contam com a gestão participativa local, visando contribuir com o desenvolvimento socioambiental da região de forma saudável e sustentável (FIOCRUZ, 2013). Dentre as ações propostas, há a trilha interpretativa da Mata Atlântica (Figura 15).

Figura 15 - Entrada da trilha interpretativa Fiocruz Mata Atlântica



Fonte: A autora, 2022

A trilha constitui-se de caminhada junto a profissionais da área na qual são feitas retomadas de aspectos importantes da história ambiental do território, atentando os participantes a pontos específicos do trajeto, como a existência de determinadas estruturas no espaço, plantas exóticas e nativas e como possivelmente deu-se a introdução dessas, atuando em uma dinâmica que educa ambientalmente crianças e adultos, além de fortalecer o vínculo dos presentes com o território.

A previsão é que, a partir de 2023, haja investimento em formação de moradores locais interessados em atuar como “intérpretes ambientais”, e com isso possibilitar o turismo de base comunitária.

Esses relatos trazem um pensamento que aparenta ser utópico, mas que pode ser praticado, de que é possível coexistir em harmonia com a natureza, apesar das transformações impostas como necessárias para a existência da humanidade na contemporaneidade.

O morador J., expõe as capacidades contidas no território para permanecer coincidente com a sustentabilidade:

“Aqui na Colônia tem lugar pra fazer uma horta, tem lugar para viver uma vida suave, sem contaminar o meio ambiente. Eu ainda tenho uma ideia, me defendo, que nós podemos e eu tenho um projeto para ser possível tirar o lixo daqui do rio, basta fazer uma coisa de louco, é a educação. Hoje em dia sim, plantando que tudo dá. Eu posso cantar só um pouquinho, uma música? Plantando dá, se não plantar, o chão não dá, plantei amor e no coração profundo dei amor pra todo mundo e ainda tenho amor pra dar, plantando dá, se não plantar, o chão não dá” (J., 80 anos, morador da região desde 1964).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o exposto, esse trabalho não teve o intuito de esgotar toda a História Ambiental da região, apenas apresentar uma das histórias possíveis, visto que, essa pode ser contada por diferentes óticas e perspectivas.

Durante a pesquisa, foi possível entender um pouco sobre os problemas ambientais contidos no território e a visão dos moradores e funcionários acerca das mudanças mais recentes. A compreensão desses problemas faz-se necessária pela vertente histórica, pois, esses obstáculos não são decorrentes do presente, mas sim o resultado de incertezas passadas que se cruzam e causam crises ecológicas mais complexas no futuro.

Existe ainda uma dificuldade de pensar políticas públicas que concebem obras sustentáveis, equilibrando as demandas ambientais, sociais, econômicas e espaciais. O que observou-se na Colônia Juliano Moreira foi justamente esse desequilíbrio, pois para o desenvolvimento ocorrer foi preciso destruir parte do meio ambiente, ao invés de refletir e propor soluções integradas.

Fica como sugestão, para trabalhos futuros, expandir soluções socioambientais junto aos habitantes locais, pois diversos deles são ambientalistas e possuem uma sensibilização aguçada acerca de questões contemporâneas de moradia, coexistência com a fauna e flora, plantio, gestão de resíduos sólidos e educação popular.

Outro ponto observado no decurso da pesquisa foi que, de forma subjetiva, o artista contemporâneo Arthur Bispo do Rosário, que foi asilado na Colônia por mais de 40 anos, atuou como historiador e agente ambiental da região. Suas obras ressignificam diversos objetos conseguidos a partir de andanças no espaço, e o que era tido como lixo para tantos encontra um novo jeito de ser mostrado ao mundo, através de sua criação.

Como historiador, Bispo retrata em sua obra, em especial em seus estandartes, a cartografia social local, trazendo aspectos ambientais importantes, como posicionamento dos rios e outros elementos naturais, o que preserva o contexto da época e oportuniza compará-lo à atualidade. Foi dada visibilidade ao invisível, assim como é feito com a luta incessante pelo meio ambiente. Fica a proposta de investigar com mais detalhes o tema em minhas pesquisas futuras, caso possível

como tese de doutorado.

A história ambiental fortalece a população, cria vínculos com o território, emancipa e contribui para a perpetuação de tradições diversas, possibilitando a escolha de futuros diferentes dos impostos à força para os espaços.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Lucas. **BRT Transolímpico traz mudanças para Colônia Juliano Moreira**. Disponível em: <<https://oparana.com.br/noticia/brt-transolimpico-traz-mudancas-para-colonia-juliano-moreira/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ALTINO, Lucas. **Nos moldes da Muzema, milícia cresce na Colônia Juliano Moreira**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/48622-ex-hospicio-virou-babel-com-400-representantes-indigenas.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BACHA, Maria de Lourdes; STREHLAU, Vivian Iara; ROMANO, Ricardo. **Percepção: Termo frequência, usos inconsequentes em pesquisa?** 30º Encontro da ANPAD – Salvador/Bahia, 2016. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-mkta-1332.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anuar_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área: relatório final** / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. – 1. ed., 6. a reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CAPRIGLIONE, Laura. **Ex-hospício virou Babel com 400 representantes indígenas. Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/48622-ex-hospicio-virou-babel-com-400-representantes-indigenas.shtml>>. Acesso em: 02 out. 2022.

CORRÊA, Armando Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

COSTA, Renata Gama-Rosa; GONÇALVES, Ana Paula Casassola. **Evolução Urbana da Colônia Juliano Moreira**. In: O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira. Organização Ana Teresa A. Venâncio, Gisélia Franco Potengy. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 484p.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 177-197, 1991. p. 191.

FABIANE, Darlan; SPINELLI, Juçara; SOUZA, Reginaldo J. de. **A natureza e a produção de valorização imobiliária nas cidades brasileiras**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 11, n. 1, p. 199-213, jan./jul. 2020.

FERRI, Gil Karlos. **Verdes Matas a te circundar: Aspectos Históricos e Socioambientais da indústria madeireira em Anita Garibaldi - SC (século XX)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 126 p., 2014.

GIFALLI, S. de A. **A produção do espaço entre os muros da colônia juliano moreira: A construção de um bairro na Baixada de Jacarepaguá**. 2015. 138 f. 2015.

INEA. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca**, Resolução INEA nº 74, de 2 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-pedra-branca/>>. Acesso em: 12 set. 2021.

KONCHINSKI, Vinicius. **Obra de avenida olímpica derrubará 200 mil m² de Mata Atlântica no Rio**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/15/obra-de-avenida-olimpica-do-rio-vai-derrubar-200-mil-m-de-mata-atlantica.htm>>. Acesso em: 21 out. 2022.

MENDO PEREZ, M. A. ; MAIA, F. N. **A construção da via expressa TransOlimpica dentro da área da Colônia Juliano Moreira**. In: III ENANPARQ. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em arquitetura e urbanismo. São Paulo, 2014.

MPRJ. Grupo de Apoio Técnico Especializado (Gate Ambiental). Parecer Técnico-Jurídico N° 008/2012. **Análise de EIA/RIMA apresentado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para obtenção da Licença Prévia para implantação do BRT Transolímpica**, processo INEA N° E-07/502.825/11, 2012.

_____. **2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital**. Inquérito Civil nº MA 8946, 2018. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/inicial_colonia_juliano.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021.

_____. **Ação Monitória - Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA)**. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/acao_monitatoria_medidas_competitorias.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MOHR, Luciane Rosa da Silva *et al.* **A importância do “saber a história ambiental” para compreender o ambiente atual**. Scientia Plena, v. 8, n. 6, 2012.

MOURÃO, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. **Memória. Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. 2015, v. 28, n. 4, pp. 780-788. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528416>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica/organização**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2010. 230 p. e-book.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, 2002.

PAULA, Tainá Reis de. **Colônia Juliano Moreira: Usos, permanências e paisagem**. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 17 p., 2010.

PEIXOTO, Diego Rafael dos Santos. **Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Corredor Viário Transolímpica - RJ**, Trabalho de Conclusão de Curso Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, IFRJ, 2018.

PÉREZ, Maria Ayara Mendo. **Produção social do espaço urbano na periferia da metrópole: a incorporação da antiga Colônia Juliano Moreira no tecido formal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2014. 128 f.: Dissertação (mestrado) – UFRJ / PROURB / Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2014.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Prefeitura lança mais uma etapa de obras na Colônia Juliano Moreira com investimento de R\$ 28,5 milhões**. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/noticias_colonia.htm>. Acesso em: 23 out. 2022.

PIMENTA, Vitor Gonçalves. **Corpo-Arquivo: reflexões da memória encarnada em uma experiência etnográfica em Jacarepaguá**. Dissertação (Mestrado), 200 f. Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2 n.3: 3-15, 1989.

POTENGY, Gisélia Franco; HOPPE, Sigrid. **Identidade e apropriação do espaço no bairro Colônia. O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira**. Organização Ana Teresa A. Venâncio, Gisélia Franco Potengy. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho et al. **A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura**. Revista Destaques Acadêmicos, v. 7, n. 2, 2015.

Tribunal de Contas Municipais do Rio de Janeiro - TCMRJ, Secretaria de Controle Externo, 4ª IGE. **Relatório de Inspeção Ordinária da Colônia Juliano Moreira, 2001**. Disponível em:<<http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/288/RelatCLM.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, Comarca da Capital, Cartório da 4ª Vara da Fazenda Pública. **Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Gestão de Florestas Públicas / Meio Ambiente, Processo: 0460384-31.2015.8.19.0001.** Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/sentena_4.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

VENANCIO, Ana Teresa A. **Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.35-52.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Programa de Pós-Graduação lato sensu – Campus Niterói

Ata nº10/2022

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS
GRADUAÇÃO LATO SENSU DE GESTÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS**

Aos 08 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 17 horas e 10 minutos, compareceu à sala *online* no Google Meet, aberta pelo professor André Brito do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), a aluna Marcelle Azevêdo Rodrigues de Souza do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos Ambientais, para a defesa de trabalho de conclusão de curso intitulado “‘Ninguém planta, só arranca’: uma História Ambiental da Colônia Juliano Moreira”. O trabalho orientado pelo professor André Souza Brito – Presidente, foi avaliado pela banca examinadora composta por Tauan Nunes Maia e Raphaela Reis Conceição Castro Silva. O presidente da banca fez a abertura e passou a palavra para a aluna, que fez uma exposição oral de 30 minutos. Após a exposição, o presidente da banca agradeceu à aluna e passou a palavra para os demais membros da banca, que arguiram a aluna por 25 minutos. Em seguida, o presidente da banca agradeceu pelas contribuições e sugestões, teceu alguns comentários e pediu à aluna e aos demais presentes que se retirassem para a deliberação da banca examinadora, que emitiu parecer de aprovada. O presidente deu por encerrada a sessão de defesa às 18h horas e 20 minutos, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da banca examinadora e pela aluna.

Observações: Não houve.

Assinaturas:

Orientador: André Souza Brito 

Avaliador: Raphaela Reis Conceição Castro Silva 

Avaliador: Tauan Nunes Maia 

Aluna: Marcelle Azevêdo Rodrigues de Souza 

Ciente:

Coordenação do Curso: Andreia Maria da Anunciação Gomes

Data: 08 de dezembro de 2022

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 1) Nome completo;
- 2) Idade;
- 3) Formação Acadêmica;
- 4) Profissão;
- 5) Qual seu vínculo com o território da Colônia Juliano Moreira?
- 6) Desde qual ano você frequenta o território da Colônia Juliano Moreira?
- 7) Você identifica alguma diferença significativa no meio ambiente da Colônia Juliano Moreira nos últimos anos (2008-2022)?
- 8) Se sim, quais mudanças chamam mais sua atenção?
- 9) Você acha que as mudanças que ocorreram com as obras da Via Expressa Transolímpica foram boas ou ruins?
- 10) Outras mudanças no território da Colônia Juliano Moreira, você considera o progresso na região bom ou ruim?